



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Concepção.

## A CONCEPÇÃO E A MANUTENÇÃO DA POBREZA PARA O NEOLIBERALISMO ATÉ OS NOSSOS TEMPOS

Ellen de Carvalho Torres<sup>1</sup>

Júlia Gomes Novaes<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo realizar uma breve análise do discurso de “combate à pobreza”, visando a esclarecer as intencionalidades dessas ações para a reprodução do capitalismo e, conseqüentemente, da desigualdade inerente a esse modo de produção da vida social. Parte-se do suposto que os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) consolidaram um padrão estratégico de “combate à pobreza” no Brasil, via a política de Assistência Social. Essa lógica incorpora o compromisso do Banco Mundial para com os *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio* em 2000, estabelecendo um papel de regulação do padrão de trabalho precário em tempos de acumulação flexível. Após o Golpe de 2016, as repercussões das políticas destruidoras de direitos, promovidas pelo governo de Michel Temer e agravadas pelo governo de Jair Bolsonaro (2019), ainda conservaram a concepção de “pobreza”, praticada pelo Estado brasileiro, alinhada à premissa difundida pelo Banco Mundial no último biênio. Ou seja, nesses governos há uma onda de retrocessos dos direitos sociais aflorados, alinhada às políticas de austeridade agressivas, enquanto que a concepção ideológica do trato às expressões da pobreza seguiu na mesma lógica: focalizada, compensatória e paliativa.

**Palavras chave:** Política Social; Pobreza; Neoliberalismo; Banco Mundial.

**Abstract:** This work aims to make a brief analysis of the discourse of “fighting poverty”, in order to clarify the intentionalities of these actions for the reproduction of capitalism and, consequently, the inequality inherent in this mode of production of social life. It is assumed that the governments of the Workers’ Party (2003-2016) consolidated a strategic pattern of “fighting poverty” in Brazil, by Social Assistance policy. This logic embodies the World Bank’s commitment to the Millennium Development Goals in 2000, establishing a role of regulating the precarious working pattern in times of flexible accumulation. After the coup of 2016, the repercussions of the policies that destroyed the rights, promoted by the government of Michel Temer and aggravated by the government of Jair Bolsonaro (2019), still retained the concept of “poverty”, practiced by the Brazilian State, aligned with the premise spread by World Bank in the last biennium. That is to say, in these governments there is a wave of setbacks of social rights, aligned with aggressive austerity policies, while the ideological conception of the treatment of expressions of poverty followed the same logic: focused, compensatory and palliative.

**Keywords:** Social Policy; Poverty; Neoliberalism; World Bank.

A partir de sucessivas aproximações bibliográficas e documentais, a pesquisa fez emergir algumas categorias importantes que irão nortear os rumos do presente trabalho. São elas: 1) o entendimento de que as políticas de “combate à pobreza”, da agenda do Banco Mundial e do Brasil, trouxeram consigo a implementação de políticas paliativas e compensatórias; 2) a concentração de riquezas não foi alvo dessas políticas,

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ellen.net@hotmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ellen.net@hotmail.com.

permanecendo, o Brasil, em seu lugar de dependência; 3) também foi possível identificar que a pobreza não é um fenômeno novo, é categoria fundante do modo de produção capitalista, e, por isso, não há como alocar os pobres em uma estrutura de vida digna e justa; 4) por fim, reconheceu-se que a concepção de pobreza individualizada, concebida pelo Banco Mundial e assumida pelas políticas sociais brasileiras, é uma concepção isolada da totalidade da vida social. Portanto, é necessária e urgente a ampliação do debate, de modo crítico e dialético, aprofundando os estudos na concepção de pobreza e no valor ideológico do “combate à pobreza”<sup>3</sup> atribuído pelo Banco Mundial, com vistas a revelar a intencionalidade oculta nessa estratégia implementada pelos países latino-americanos, particularizando-se à realidade brasileira.

Para tal, será preciso aprofundar e problematizar a temática do “combate à pobreza” e a sua finalidade de reproduzir uma concepção de pobreza atrelada ao indivíduo, descolando-o de sua origem, dada pelo funcionamento do modo de produção capitalista e do seu desenvolvimento contraditório e desigual. Será necessário compreender o papel do Brasil no sistema mundial, a partir dos anos 2000, com a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Poder Executivo central, na implementação de estratégias de “combate à pobreza” orientadas pelo Banco Mundial na via de um *neodesenvolvimentismo*<sup>4</sup>.

Embora, após o Golpe de 2016, que depôs a ex-presidente Dilma Rousseff, tenha estado no comando do país o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e atualmente o Partido Social Liberal (PSL), ambos aliados políticos, considera-se que as bases da constituição das políticas de combate à pobreza foram gestadas nos governos anteriores. Além disso, a premissa ideológica do combate à pobreza continua em andamento, entretanto, a atual conjuntura política tende a aprofundar o caráter mais nocivo dessa modalidade de política social. Nesse sentido, fazem-se necessárias mais produções analíticas sobre esse período brasileiro, a fim de ampliar a massa crítica sobre esse tema e incorporá-lo à conjuntura vigente pós-golpe de 2016.

Dito isso, há uma necessidade de mais análises sobre o gerenciamento da pobreza que vem ocupando lugar central nas políticas sociais, cada vez mais entendidas como focalizadas e não universais. Por isso, há a necessidade de descortinar a ideologia reproduzida pelo capital e seus aparelhos privados de hegemonia, fortalecendo um debate crítico para a análise dialética da realidade e as reformulações sofridas pelo capitalismo, salientando a particularidade do capitalismo dependente brasileiro e da implementação da

---

<sup>3</sup> Sinalizo que o termo “combate à pobreza” está sendo utilizado para ir de acordo com a premissa defendida pelo ideário neoliberal e com a funcionalidade proposta pelos Organismos Internacionais de erradicar a pobreza. Porém, compreendo que essa forma de gerenciamento da pobreza não tem a mínima pretensão de erradicá-la, mas sim de promover a manutenção do capitalismo e de suas contradições, ao passo que torna esse “combate à pobreza” paliativo e compensatório.

<sup>4</sup> O neodesenvolvimentismo compreendido aqui remete à ideia de um neoliberalismo “mais humano” para manter a coesão social e dar condições de reprodução à política econômica e à ideologia neoliberal na crise estrutural da classe dominante. (OLIVEIRA, A. C. O. 2013, p. 18).

ideologia neoliberal no país via Banco Mundial.

Com a apropriação dos meios de produção do trabalhador pelo capitalista, estes se tornaram detentores da riqueza e do trabalho socialmente produzido. Nesse sentido, no capitalismo, o trabalho passa a ter um valor de uso de subsistência para o trabalhador. Esse processo promove uma dependência do trabalhador para com a venda da sua força de trabalho, caracterizando-o como assalariado. Sedimenta-se um modo de produção cujas bases são a mercadoria e a propriedade privada, fazendo com que as relações sociais sejam mercantilizadas, reificando as necessidades humanas e polarizando duas classes distintas: a burguesa e o proletariado, promovendo relações sociais contraditórias e desiguais.

A especificidade desse modelo de acumulação é a finalidade de o indivíduo comprar a força de trabalho para valorizar seu capital e de produzir mercadorias que contenham mais trabalho do que o empregador paga. Para tal, é necessário que haja a extração da “*mais-valia*”, obtida a partir da apropriação do trabalho não pago de cada trabalhador pelo capitalista, sendo efetivada no momento da venda da mercadoria. Ou seja, como o “valor” de uma mercadoria está no trabalho incorporado pelo trabalhador, pela quantidade de trabalho necessário para produzir tal mercadoria, a produção de mais-valia se torna a lei absoluta do capitalismo. (MARX, 1985)

O modo de produção capitalista cria uma “*superpopulação relativa*”, que é necessária ao processo de acumulação, visto que a lei da oferta e da procura da mão de obra se orienta através dessa superpopulação. De acordo com Maranhão (2010), a superpopulação relativa é de grande importância para a manutenção do capitalismo. Contudo, é um processo histórico e dialético, caracterizado por determinantes políticos e sociais, não podendo ser compreendidos por meio de uma lei absoluta, imutável. Ainda segundo o autor, vale citar que a luta de classes é um elemento central e determinante para a composição da superpopulação relativa (MARANHÃO, 2010, p.114).

Logo, é com base na lógica da superpopulação relativa que se realizam o ciclo dos salários e a manutenção da exploração do trabalho<sup>5</sup>. Para além do fator da exploração da força de trabalho disponível, o capitalismo ainda necessita promover a manutenção de um “*exército industrial de reserva*” de trabalhadores para manter sua relação imperante ao trabalhador, que se torna dependente do trabalho assalariado, afinal, ou se trabalha ou se

---

<sup>5</sup> A Teoria Marxista da Dependência (TMD) traz no seu bojo as formulações da particularidade latino-Americana, em seu grau de dependência e desigualdade em relação aos países centrais. Nesse sentido, Marini avalia que nessa particularidade há uma “superexploração do trabalho” (ou superexploração da força de trabalho, como colocaram autores posteriores), surgindo com a introdução das economias nacionais latino-americanas na divisão internacional do trabalho, que foram inseridas como colônias e realizaram a transição ao capitalismo subordinadas à lógica do capital mundial.

morrerá de fome. Desse modo, entendemos que, ao mesmo passo que o capitalismo promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, ele também aprofunda as relações desiguais e a pobreza, logo, a “questão social”.

A “questão social” revela-se inseparável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que tal processo produz sobre o conjunto da classe trabalhadora. Tal expressão propõe uma série de compreensões em seu interior. No que tange à sua análise voltada à teoria crítica, tal semântica é entendida como parte necessária e constitutiva do capitalismo, sendo indissociável ao processo de produção capitalista e expressa em suas variadas formas. Assim, consideramos que a “questão social” é categoria central para a análise da pobreza e de seu enfrentamento.

Ainda que seja analisada no bojo da teoria crítica marxista, a expressão é estranha à literatura marxiana, tendo surgido para dar conta do fenômeno do pauperismo, em 1830, Porém, segundo Netto (2001), a análise de Karl Marx sobre o capitalismo “revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade e seu caráter de corolário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios”. Então, mesmo que Marx não tenha feito uma análise sobre a “questão social”, os processos sociais pelos quais esta encontra-se difundida localizam-se no centro de análise do autor sobre o processo de produção capitalista, este que não pode existir sem a exploração do trabalho vivo, submetendo os trabalhadores a uma série de precarizações advindas da exploração da força de trabalho.

A “questão social”, vista como pobreza pelo Banco Mundial e pelo Estado, indica uma forma de vida social de uma condição de classe, que, sob a égide do capital financeiro, é cunhada a partir de seus determinantes mais visíveis e extremos, por isso a ação pautada em políticas focalizadas de “alívio à pobreza”, mas não de um “combate à pobreza”, como se reproduz. É por isso que não se pode perder de vista que a concepção de “questão social” está intimamente ligada à produção e reprodução das contradições de classe e que assume novas expressões em cada estágio de desenvolvimento capitalista, enquanto que a pobreza é uma categoria política que implica direitos, sendo expressão da “questão social”.

Destarte, a formação sócio-histórica do Brasil, em seu processo de industrialização (1930), realizou uma relação entre Estado e burguesia nacional emergente, como elucida Castelo (2012), não rompendo com a sua velha roupagem, os latifundiários, de modo a responder aos efeitos catastróficos da crise de 1929. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que o Brasil caminhou por um processo de modernização capitalista sem ter realizado uma “revolução democrático-burguesa”, assim como nos países centrais. Esse processo ocorreu de forma gradativa, pelo alto e de modo prussiano.

A exploração feudal do latifundiário transforma-se, lentamente, numa exploração burguesa-junker, condenando os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que seletiva uma

minoria. Diferente da forma americana, em que não existem domínios feudais, sendo liquidados pela revolução” (LENIN, 1980, apud IAMAMOTO, 2015, p. 133).

Logo, o Brasil obteve a implementação do capitalismo, realizando acordos entre as velhas e novas classes dominantes, promovendo a manutenção do velho pelo novo. É importante destacar que o Estado sempre esteve presente na manutenção e reprodução dos interesses hegemônicos burgueses, vide os “aparelhos privados de hegemonia” voltados à propagação da ideologia burguesa para se manter no poder. No Brasil, o Estado vem trabalhando, principalmente, na manutenção do “*status quo*”, maquiando o modo de se fazer política, atendendo os mais pobres na via de um “capital mais humano”, para que nada se transforme de fato, permitindo que a hegemonia burguesa permaneça imperante.

Nesse sentido, há uma relação dialética entre países centrais e periféricos. Como assinala Carcanholo (2008), esses fenômenos são “qualitativamente diferenciados e ligados, tanto pelo antagonismo como pela complementariedade”, ou seja, embora tais países estejam em situações diferenciadas, esses dois fenômenos “pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial”. Assim, entende-se que a lógica do modo de produção capitalista produz o desenvolvimento, porém desigual. Por isso podemos dizer que, devido ao caráter estrutural do capitalismo, os países periféricos possuem condições que não são passíveis de superação, visto que sua posição de subordinação é necessária para que haja o desenvolvimento das maiores potências do mundo. Em suma, essa contradição é uma característica antagônica e complementar do processo de produção capitalista, e é desse modo que a integração da América Latina ao bloco capitalista mundial se difunde: cumprindo as exigências do intercâmbio desigual<sup>6</sup> no processo de produção capitalista.

De acordo com Mota (2009), a plena incorporação das economias periféricas ao processo de reprodução ampliada do capital só ocorreu nos anos de 1970, quando o neoliberalismo (emergido através das ideias de Friedrich Hayek na década de 1940) ganha hegemonia para dar resposta à crise expansiva do capital. Aqui, os países dependentes se transformaram em um campo de absorção de investimentos produtivos. Essa crise global encerrou os “*Anos Dourados*” de avanço das economias capitalistas do pós-guerra, culminando na crise do *Welfare-State*. Desse modo, mudanças ocorreram no mundo do trabalho. O keynesianismo-fordismo foi esgotado, e uma reestruturação produtiva, pautada no modelo Toyotista, iniciado em 1950 no Japão, foi proposta. Agora, outro modelo de

---

<sup>6</sup> No livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo” (1917), Lenin utiliza da noção de desenvolvimento desigual para se referir ao ritmo diferenciado de desenvolvimento capitalista no plano internacional. Embora o termo não fosse tratado como uma lei, de forma refinada, a análise do capitalismo monopolista do autor demonstra isso.

acumulação passou a fazer parte do movimento do capitalismo, a *acumulação flexível*, que, segundo Harvey (1992), representa

um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1992, p. 140)

Implicando, assim, a precarização das formas de trabalho e a intensificação da exploração do trabalho, que só a alavancaram mais. (BEHRING, 2008)

Com isso, uma onda liberal-conservadora veio a compor o cenário mundial, representado por presidentes com enfoque neoliberal nos grandes centros mundializados: no Reino Unido, com a presidente Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos, com o presidente Ronald Reagan. Mas o primeiro experimento de políticas neoliberais ocorreu com Augusto Pinochet, na ditadura no Chile (1973).

Como assinala Harvey (2008), a consolidação do neoliberalismo foi pautada na criação de um consentimento intelectual e político, fundamentado no conceito de liberdade para constituí-lo como alternativa para a superação da crise. Logo, a ofensiva neoliberal e a “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996) foram determinantes – principalmente devido ao seu caráter ideológico – na implementação da reestruturação produtiva e na busca pela retomada do crescimento econômico.

Em 1989, grandes defensores da ideologia neoliberal formalizaram uma reunião, em Washington, para a implementação de decisões a serem tomadas. Entre os participantes, estavam o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Tesouro norte-americano. Nessa reunião, denominada de Consenso de Washington, foi deliberado um conjunto de reformas<sup>7</sup> direcionadas para a América Latina e o Caribe. Essas reformas tinham a intenção

---

<sup>7</sup> Williamson destaca dez propostas do receituário do “Consenso de Washington”: (1) disciplina fiscal, ou seja, redução dos gastos públicos, na tentativa de manter um superávit orçamentário; (2) prioridades de gasto público – reduzir o papel do Estado na economia, redirecionando o gasto para as áreas desinteressantes para o investimento privado – geralmente, bens públicos; (3) reforma tributária, tornando a tributação menos progressiva; (4) liberalização financeira, cujo objetivo máximo é deixar que a taxa de juros seja determinada pelo mercado; (5) manutenção da estabilidade da taxa de câmbio; (6) liberalização; (7) abolição das barreiras à entrada de investimentos externos diretos no país; (8) privatização das empresas estatais; (9) abolição das regras que impedem a entrada de

de enquadrar os governos dos países periféricos aos moldes neoliberais. Tais medidas foram publicadas em 1990, em um receituário organizado por John Williamson, com algumas novidades adicionadas à política neoliberal defendida por esses organismos internacionais desde os anos 1970. (PEREIRA, 2009)

Sobre essa nova ordem – que nada tem de nova senão a recuperação da hegemonia burguesa em um reformismo –, Carcanholo (2008) elucida que o processo de reestruturação produtiva se encarregou da rotação do capital, enquanto que o neoliberalismo, como aspecto político, econômico e ideológico, teve o papel de garantir as condições de lucratividade interna e externa. Para além disso, vale dizer que tanto a reestruturação produtiva quanto o neoliberalismo foram linhas de uma mesma resposta do capital à sua crise. E é partindo desse pressuposto que o Banco Mundial adentra como ator intelectual e político na produção e reprodução do ideário de reestruturação produtiva neoliberal, tornando-o, cada vez mais, hegemônico. Assim, foi dada a largada para implementação do programa neoliberal em todo o mundo.

No Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) coloca em prática uma série de mudanças estruturais, orientadas pela internacionalização da economia. Mas a consolidação do neoliberalismo no país adveio, de fato, com o Plano Real dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Aqui, inicia-se o processo do que Behring (2008) chama de “contrarreforma do Estado”, desmontando as conquistas sociais espelhadas na Constituição de 1988. Logo, substitui-se a forma clientelista de se fazer política no Brasil pela forma focalizada de políticas públicas e de ajustes macroeconômicos, isso tudo sob a influência do Banco Mundial e do FMI, haja vista a condição do país de devedor dos bancos internacionais.

No cenário pós-Consenso de Washington, a crise estrutural se tornou generalizada. O país encontrava-se em um estado de calamidade social, ao mesmo passo que ocorriam ascensões de partidos de esquerda em alguns países da América do Sul. Daí a necessidade de que as reformas neoliberais fossem revistas. Afinal, as prescrições realizadas pelo Consenso de Washington obtiveram sucesso no controle da inflação, mas trouxeram consigo grandes custos sociais, não gerando o crescimento previsto. Diante disso, fez-se necessária uma atuação pautada na boa governança e na governabilidade, além de uma constituição de redes para a proteção social e objetivos definidos para o combate à pobreza absoluta, de acordo com o Banco Mundial.

Nesse sentido, o ideário neoliberal se revestia de roupagens “mais humanas” aos

---

novas firmas do setor; e (10) o sistema legal deve assegurar direitos de propriedade. (WILLIAMSON, 1993, p. 1332 apud UGÁ, 2004, p. 56).

ajustes. Estes que, como aponta Castelo (2013), implementaram uma “nova” face do neoliberalismo no Brasil, “na qual as políticas econômicas e sociais seguem, em essência, os ditames do pós-consenso de Washington”. A partir de 1990, então, o termo “pobreza” adquire centralidade nas políticas sociais e transforma-se em objeto de estratégia de enfrentamento dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, que passa a fazer críticas à austeridade das políticas neoliberais e propõe políticas de “combate à pobreza” associadas ao desenvolvimento econômico. A centralidade do “combate à pobreza” se tornou necessária para o funcionamento do mercado, pois esteve pautada na lógica de desenvolver as capacidades individuais dos indivíduos e a competitividade, além de promover as liberdades políticas e econômicas individuais. (MAURIEL, 2008)

Assim, a faceta “mais humana” do capital emerge com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, em 2003. O governo PT consolidou o modelo econômico neoliberal, seguindo as recomendações do Banco Mundial, na formulação, gestão e implementação de políticas assistencialistas e focalizadas, como medidas de enfrentamento e “combate à pobreza”.

No governo Lula, a manutenção das altas taxas de lucros e juros capitalistas foi garantida devido ao favorável cenário internacional que permitiu “diminuir levemente a taxa de juros, manter altas reservas em moeda internacional e investir em crédito e consumo interno” (PEIXOTO, 2014, p. 131). Ao longo da década de 1990, o partido funcionou como oposição de governo e com uma estratégia de enfrentamento às políticas neoliberais implementadas pela coalização conservadora. Porém, para ganhar a disputa presidencial, o partido negou o projeto societário da classe trabalhadora que vendia em seu discurso de campanha, quando comprou a ideia dos governos anteriores. Na via do transformismo, os governos reformaram e preservaram elementos fundamentais para a manutenção dos princípios neoliberais dos organismos internacionais.

Para retratar um exemplo de país que assumiu a estratégia de “combate à pobreza”, a realidade brasileira é profícua no que tange a esse discurso. Em outubro de 2003, foi elaborado o Programa de Transferência Direta de Renda com Condicionalidades, conhecido como “Programa Bolsa Família”, este que unificou outros programas de transferência de renda que já existiam – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. “A unificação situou a transferência de renda como prioridade no enfrentamento da pobreza no Brasil [...] Assim, segundo o próprio governo Lula, o carro-chefe de sua política social era o Bolsa Família”. (MARQUES; MENDES, 2007 apud MASCARENHAS, 2014)

Em suma, podemos entender que a estratégia do enfrentamento da pobreza no Brasil, durante o governo de Lula, esteve orientada sob a ótica da “internacionalização do enfrentamento da pobreza” (MAURIEL, 2008), em que o “combate à pobreza” alicerçou dois

pilares: o “Programa Bolsa Família” e os programas de microcrédito direcionados para a população pobre, mas não extremamente pobre, a ponto de integrá-la ao mercado e à rotatividade do capital financeiro. Logo, essas políticas garantiram ao governo um discurso “mais humano” de preocupação com os cidadãos mais pobres, o que, por outro lado, “aprofundou a hegemonia burguesa”, fragmentou o lado mais progressista e “reuniu elementos para assegurar a continuidade da contrarreforma do Estado” (MASCARENHAS, 2014).

Em 2010, ganha as eleições presidenciais para o Brasil a primeira mulher: Dilma Rousseff (2011-2016). Com total apoio do governo anterior, Dilma, filiada ao PT, deu continuidade ao projeto vigente do partido. A presidente amparou o seu discurso na erradicação da pobreza extrema, tanto que em 2011 promulgou o “Plano Brasil sem Miséria”, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nesse sentido, as estratégias de “combate à pobreza” dos governos PT foram implementadas por meio da política de Assistência Social, inserida no tripé da Seguridade Social.

Mota (2010) afirma que ocorre uma centralidade da política de Assistência Social na Seguridade Social devido à implementação e funcionalidade da estratégia de combate à pobreza via Assistência Social, conferindo a essa política uma expansão ideológica da sua funcionalidade e resultando em sua centralidade a partir do governo PT.

Contudo, vale a reflexão de que: se o governo Lula conseguiu promover um crescimento econômico razoável, principalmente devido ao cenário internacional favorável, Dilma, em contrapartida, assumiu a presidência em um cenário de pós-crise de 2008, o que não era nada favorável ao desenvolvimento do país, logo, ao seu governo. Então, a grosso modo, a saída da crise encontrada pelo governo escorou-se em reformas neoliberais de regulação estatal na economia, garantindo os lucros do capital financeiro e reforçando a consolidação de um capitalismo dependente.

Logo se viu que o governo de Dilma não teria o mesmo êxito do governo de Lula. Seu governo foi marcado por uma série de insatisfações que foram se tornando avalanches, desencadeando o seu *impeachment*/golpe mais à frente, este contemplado pelas insatisfações burguesas e estimulado por um processo de juristas associados à extrema-direita.

Não seria um golpe nem farsa – e o meu argumento cairia por terra – se todos os integrantes de cargos executivos que igualmente pedalaram fossem igualmente afastados. Se todos os que são incapazes de conter crises econômicas do capital fossem afastados. [...] A começar pelas práticas pedalantes do próprio vice, agora presidente empossado, Michel Temer. (FONTES, 2016, p. 1)

Com o golpe, a gestão do capital tem a intenção de ampliar as taxas de lucro a qualquer custo, sob a ótica da financeirização, promovendo a desproteção social e silenciando os movimentos sociais. O governo de Michel Temer e de seus aliados (31 de agosto de 2016 a 1º de janeiro de 2019) até então combinaram uma série de reformas econômicas liberalizantes agressivas, aliadas a uma série de emendas que vêm representando um retrocesso para o país e para suas maiorias. Alguns exemplos são: 1) A Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela em até 20 anos as despesas do Governo Federal para com programas sociais, saúde, educação, etc; 2) a reforma trabalhista, Lei nº 13.467, de 2017, trazendo consigo um mercado de flexibilizações e terceirizações no mundo do trabalho, enfraquecendo a Justiça Trabalhista; 3) A proposta da reforma da Previdência, concebida desde a década de 1990 com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e que agora vem sendo mais uma etapa estratégica para o capital financeiro expandir o seu acesso ao fundo público – nessa lógica, dificulta-se o acesso aos benefícios, exige-se mais tempo de contribuição e reduzem-se drasticamente os valores a serem recebidos por meio de aposentadorias e pensões.

Associado a essa onda de retrocessos, o governo Temer corrigiu o Bolsa Família em 12,5% no ano de 2016 e em 5,67% no ano de 2017, mas cortou cerca de 5,2 milhões de pessoas do programa. Se nos governos petistas o programa Bolsa Família atuava de modo focalizado e paliativo, no desgoverno que o sucedeu passou a operar de modo residual e enxugado ao máximo, deixando claro que a concepção ideológica de pobreza deste é a mesma daquela do governo anterior, mas o que muda é a ampliação das bases sociais que requisitam desse tipo de política social, em razão dessas políticas destrutivas de Temer. Essas medidas resultaram em um aumento de 11% da extrema pobreza em 2017 no país, que passou de 13,34 milhões de pessoas em 2016 para 14,83 milhões em 2017 (dados da Pnad Contínua divulgada em 11/03/2018 pelo IBGE).

O que observamos na atualidade é uma continuidade direta ao governo anterior. O presidente eleito em 2019, Jair Bolsonaro (PSL), não só conservou as medidas implementadas por Michel Temer, como também dá continuidade a todo vapor às reformas que ficaram pendentes em seu governo, como a reforma da Previdência. Além disso, prometeu um 13º salário ao Bolsa Família, o que reforça o caráter de continuidade à política focalizada de transferência de renda e a sua mesma concepção, mesmo que em um caráter muito mais destrutivo de direitos em relação ao governo anterior. Logo, percebe-se que, por mais que a lógica dos programas focalizados de transferência de renda prossiga, estes não trarão grandes resultados positivos, pois foi dada a largada para o extermínio de direitos. Portanto, é tendência um agravamento, ainda maior, dos níveis de pobreza como um todo no país, pois é fato que o atual governo e seus aliados só têm olhos para satisfazer aos interesses do capitalismo financeiro.

Nesse sentido, podemos compreender que os governos petistas reforçaram o colonialismo e as desigualdades sociais no Brasil. Isso porque, com a prossecução de um ideário “reformista” e de conciliação de classes, legitimaram e aprofundaram a hegemonia neoliberal no país e pacificaram os movimentos populares. Então, entendemos que esses governos não empreenderam o menor esforço em abandonar o ideário neoliberal periférico dependente, mas se empenharam em dar continuidade a esse padrão de acumulação capitalista em seu momento de financeirização do capital, deixando portas e janelas abertas para o prosseguimento da defesa desse projeto, só que atualmente de modo muito mais fugaz e destrutivo.

Por fim, observamos que o discurso reproduzido pelo ideário neoliberal associa a pobreza às características individuais, promovendo uma mistificação da sua gênese e de seu movimento estrutural. Esse processo proporciona a naturalização da pobreza e transforma-a em algo inerente à existência do ser humano.

Portanto, se o combate à pobreza na agenda do Banco Mundial e do Brasil permeou políticas assistencialistas, focalizadas e paliativas, o combate à concentração de riqueza não foi alvo dessas políticas. Logo, vê-se que o país continua injusto e permanece em seu lugar de dependência para com os países centrais. Também se constata que a concepção de pobreza, produzida pelo Banco e reproduzida pelo Brasil, vai contra as pautas políticas de luta do Serviço Social, este que estende seu compromisso espelhado em seu Código de Ética ao projeto societário da classe trabalhadora. Daí a necessidade de ampliarmos o debate crítico-dialético, pois é urgente encontrarmos meios para a superação desse modo de produção capitalista, que não gera a igualdade, senão a barbárie.

## REFERÊNCIAS:

CARCANHOLO, Marcelo Dias: **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, supereexploração da força de trabalho e política econômica**. In: Revista de Economia Contemporânea, v. 12, n. 2. Rio de Janeiro, 2008.

CASTELO, Rodrigo. **O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro**. In: Em Pauta n. 31, v. 11, Rio de Janeiro, UERJ, 1º semestre de 2013.

\_\_\_\_\_. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.112, out./dez. 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FONTES, Virgínia. **O golpe e a farsa**. In. Blog Junho. Jun. 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyla, 1992.

\_\_\_\_\_ **O neoliberalismo. História e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche.** São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O Capital – Livro I.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MASCARENHAS, 2014. **Crítica à concepção hegemônica de “erradicação da pobreza”: um estudo sobre a estratégia de naturalização e gestão da barbárie no Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Espírito Santo, Serviço Social. Vitória (ES), 2014.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate à Pobreza e Desenvolvimento Humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade.** Tese (doutorado) – Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas; Ciências Sociais, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** Rev. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília, 2009.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social.** Revista Temporalis, (Brasília), v.3, Rio de Janeiro, 2001, p. 41-49.

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira de. **Os Porta-vozes do Capital Contemporâneo Mundializado: combate à pobreza e o neoliberalismo de terceira via.** In: 1º Encontro Internacional de Política Social e 8º Encontro Nacional de Política Social, 2013. As Transformações do Estado no mundo hoje. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

PEIXOTO, Gabriela Soares. **A concepção de pobreza predominante nas agendas do Banco Mundial e do governo Lula da Silva no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como Ator Político, Intelectual e Financeiro (1944-2008).** Tese de Doutorado – Niterói/ RJ: Universidade Federal Fluminense; História, 2009.

UGÁ, Vivian Dominguez. **“A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial”.** Revista de sociologia e política, n.23, Curitiba, 2004.